

**BOLETIM** 

**DE OLHO**

**NO CORONA!**



**Campanha  
Maré diz NÃO  
ao Coronavírus**

**REDESDAMARE.ORG.BR  
FAÇA PARTE!**

Esta publicação faz parte da campanha "Maré Diz NÃO ao Coronavírus", viabilizada a partir da articulação com uma rede de parcerias com diversas instituições e pessoas físicas.

O "De Olho no Corona!" é um canal de acolhimento de moradoras e moradores das favelas da Maré sobre acesso a direitos, violações, casos da Covid-19 e as condições das políticas públicas no território em tempos de pandemia.

# OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO DA MARÉ

A 14ª edição do Boletim "De Olho no Corona!" apresenta os números atualizados de Covid-19 na Maré e chama atenção para o impacto do contexto de pandemia na saúde mental da população residente neste território. Diante das evidências de aumento do número de casos de ansiedade e depressão neste período, inclusive em crianças e adolescentes, mostra-se urgente a necessidade de investimentos para melhoria e ampliação dos serviços públicos de atendimento psiquiátrico e psicológico oferecidos aos moradores de favelas e periferias da cidade. A equipe do "De Olho no Corona!" entrevistou profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), do Instituto Vida Real e do coletivo Favela Terapia e, ao longo desta edição, traz experiências e informações relatadas por esses colaboradores.

## MORADORES COM SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE COVID-19 NA MARÉ ATÉ 03/08

1.486



PESSOAS COM SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE COVID-19 NA MARÉ

431

CASOS CONFIRMADOS  
Painel Rio COVID-19

1.055

CASOS SUSPEITOS, SEM CONFIRMAÇÃO  
"De Olho no Corona!"

## ÓBITOS POR COVID-19 NA MARÉ ATÉ 03/08

121



ÓBITOS COM SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE COVID-19 NA MARÉ

88

ÓBITOS COM CONFIRMAÇÃO DA DOENÇA  
Painel Rio COVID-19

33

ÓBITOS COM SUSPEITA DE COVID-19, SEM CONFIRMAÇÃO  
"De Olho no Corona!"

## DADOS DE COVID-19 NA MARÉ

O Brasil chegou à marca de 2.733.677 pessoas infectadas e 94.104 óbitos por Covid-19 no dia 03/08. Segundo os dados divulgados pela Universidade Johns Hopkins<sup>1</sup>, o país se mantém há mais de dois meses como o segundo em número de casos, atrás apenas dos Estados Unidos. No município do Rio de Janeiro, os novos casos permanecem diminuindo desde o final de maio, quando ocorreu o pico de contaminação. No entanto, especialistas afirmam que a pandemia segue em curso e a situação no Estado e no Brasil ainda é extremamente preocupante.

Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, divulgados no Painel Rio COVID-19 em 03/08, a cidade soma 72.079 casos confirmados e 8.371 óbitos, o que representa um aumento de 2,4% e 3,9% na última semana (desde 27/07), respectivamente.

Dos números oficiais, 431 casos e 88 óbitos são de moradores da Maré – aumento semanal de 1,4% e 2,3%, respectivamente. Além desses, o **“De Olho no Corona!”** contabiliza, até o dia 03/08, 1.055 pessoas com suspeita de Covid-19, com 33 óbitos entre elas, que não tiveram a doença confirmada por falta de acesso à testagem ou diagnóstico clínico. Somando os dados oficiais com os casos apurados pelo **“De Olho no Corona!”**, a Maré totaliza 1.486 pessoas sintomáticas e 121 óbitos. Esses números representam um aumento de 3,6% no total de pessoas sintomáticas e de 2,5% no total de óbitos desde o dia 27/07.

Como se vê, o número de pessoas com sintomas que não conseguiram descobrir se contraíram ou não a Covid-19 aumentou em um ritmo maior do que o de casos notificados, elevando para 71% a parcela de moradores da Maré que não tiveram acesso à testagem ou diagnóstico. Em outras palavras, de cada dez moradores da Maré com sintomas de Covid-19, apenas três tiveram acesso à testagem ou diagnóstico.



O NÚMERO DE PESSOAS COM SINTOMAS QUE NÃO CONSEGUIRAM DESCOBRIR SE CONTRAÍRAM OU NÃO A COVID-19 AUMENTOU EM UM RITMO MAIOR DO QUE O DE CASOS NOTIFICADOS, ELEVANDO PARA 71% A PARCELA DE MORADORES DA MARÉ QUE NÃO TIVERAM ACESSO À TESTAGEM OU DIAGNÓSTICO



# O DESMONTE DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL E SEUS AGRAVOS DURANTE A PANDEMIA

A saúde mental foi consolidada como política municipal efetiva a partir de 1996 mediante a necessária mudança no modelo de cuidados e assistência, impulsionada pela Reforma Psiquiátrica Brasileira surgida no final dos anos 80. Neste sentido, o processo de desinstitucionalização<sup>2</sup> ganhou intensidade na década de 1990 e teve como efeito a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – o primeiro, em 1996 – e outros dispositivos de base comunitária.

No município do Rio de Janeiro, os serviços públicos voltados para o atendimento e cuidado da saúde mental da população são coordenados pela Superintendência de Saúde Mental, vinculada à área técnica da Secretaria Municipal de Saúde. Tais instâncias do governo são responsáveis por determinar e articular diretrizes e ações voltadas para o funcionamento do “Programa de Desinstitucionalização e Serviços Residenciais Terapêuticos” no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Na contramão dos avanços históricos trazidos pelo movimento da Reforma Psiquiátrica, as medidas tomadas pelo governo federal desde 2016 vêm provocando um evidente desmonte da política de saúde mental no âmbito estadual e municipal. As recentes orientações do Ministério da Saúde para os sofrimentos psíquicos, por exemplo, têm sido a medicalização e a patologização dos corpos que não se enquadram em um padrão de normatividade.

A “Carta de São Paulo”<sup>3</sup>, assinada por movimentos ligados à luta antimanicomial, afirma que a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas construída nos últimos 30 anos vem sendo desfeita, principalmente, a partir da Portaria 3.588/2017, da Resolução CIT 32/2017 e da Nota Técnica 11/2019, que dispõem sobre o retorno do financiamento para os hospitais psiquiátricos, o aumento do financiamento para aquisição de equipamentos de eletrochoque, o incentivo à internação de crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos, além de outros retrocessos. A Carta também destaca que o decreto 9.761/2019, que aprovou a Política Nacional

sobre Drogas, diverge da Política de Redução de Danos ao colocar a abstinência como estratégia central e as Comunidades Terapêuticas como instituições de internação e tratamento.

No ano de 2019, houve a suspensão de centenas de contratos nos CAPS e serviços de residência terapêutica, aprofundando o desmonte na política de saúde mental. Na Estratégia Saúde da Família também ocorreram mudanças que vêm causando graves prejuízos à atenção em saúde mental. Uma delas diz respeito aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), criados pelo Ministério da Saúde, em 2008, com o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Primária no Brasil e ampliar a oferta, a abrangência e a resolutividade das ações na rede de serviços de saúde. O trabalho realizado pelas equipes dos NASFs é de extrema importância para o acompanhamento de pessoas com demandas de saúde mental consideradas leves. Desde o ano passado, as equipes de Saúde da Família, incluindo os NASFs, passam por um quadro grave de atrasos salariais constantes e demissões, além de sofrerem com a falta de insumos básicos para o funcionamento adequado, o que culminou na situação atual em que o município dispõe de pouco mais de 50% de cobertura da Atenção Básica à Saúde. Os cortes orçamentários ocorridos no final do ano passado provocaram a redução das equipes de alguns NASFs e a extinção de outras, o que vem sobrecarregando os atendimentos nos CAPS, já que vários pacientes com demandas leves deixaram de contar com o acolhimento e acompanhamento no nível da Atenção Primária.



# SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA MARÉ DURANTE A PANDEMIA

A incorporação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) endossa os pilares da Reforma Psiquiátrica, com vistas a superar o modelo assistencial psiquiátrico centrado nas internações hospitalares. Os CAPS fazem parte de uma rede de serviços substitutiva ao hospital psiquiátrico que está voltada para a atenção em saúde mental de base comunitária/territorial, integração social, promoção da autonomia das pessoas e desinstitucionalização de pacientes longamente internados. Esta concepção foi reforçada com a aprovação da Lei nº 10.216 de 2001, que redireciona o modelo assistencial em saúde mental para a atenção comunitária.

De acordo com o que determina a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.088, de 2011, que institui no âmbito do SUS a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas, os CAPS são unidades para acolhimento às crises em saúde mental, atendimento e reinserção social de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e/ou com transtornos mentais decorrentes do uso prejudicial de álcool e/ou outras drogas. Esses centros são compostos por uma equipe interdisciplinar e multiprofissional e atuam em articulação com as demais unidades de Saúde e com outros setores (Educação, Assistência Social etc.), sempre incluindo a família e a comunidade nas estratégias de cuidados.

Neste boletim, foram entrevistados profissionais do CAPS II Carlos Augusto da Silva (Magal), do CAPSi II Visconde de Sabugosa e do CAPSad III Miriam Makeba. O CAPSi é voltado ao atendimento infantil e o CAPSad é especializado no atendimento de usuários de álcool e outras drogas. As três unidades fazem parte da Área Programática (AP) 3.1, que abrange a região da Maré.

Os profissionais relataram uma procura maior de atendimento nos CAPS para casos de depressão, ansiedade e pensamento suicida no período da pandemia e que, em geral, houve

aumento ou agravamento dos casos que consideram leves. Segundo um dos profissionais entrevistados, o aumento da demanda no CAPS também está relacionada à absorção de pacientes que normalmente seriam acolhidos em unidades da Atenção Primária, que não estão conseguindo dar o suporte adequado em função dos casos de Covid-19.

Em relação ao uso excessivo de álcool e outras drogas no período da pandemia, observa-se um aumento no número de pessoas, antes com quadro estável, que vêm comparecendo com maior constância em busca de medicamentos ansiolíticos. Um dos profissionais entrevistados acrescentou que muitos usuários não veem como problema, mas admitem estar fazendo uso de álcool com maior frequência.

Em processo contrário à precarização que os equipamentos vêm sofrendo ao longo dos anos, a pandemia está exigindo um urgente investimento em saúde mental. Nesse sentido, os profissionais entrevistados foram indagados sobre o que mudou nos CAPS neste período. Um representante do CAPSad Miriam Makeba compartilhou uma experiência sobre cuidado entre pares, educação popular em saúde e solidariedade que surgiu durante a pandemia e ficará de aprendizado para o cuidado em saúde mental.



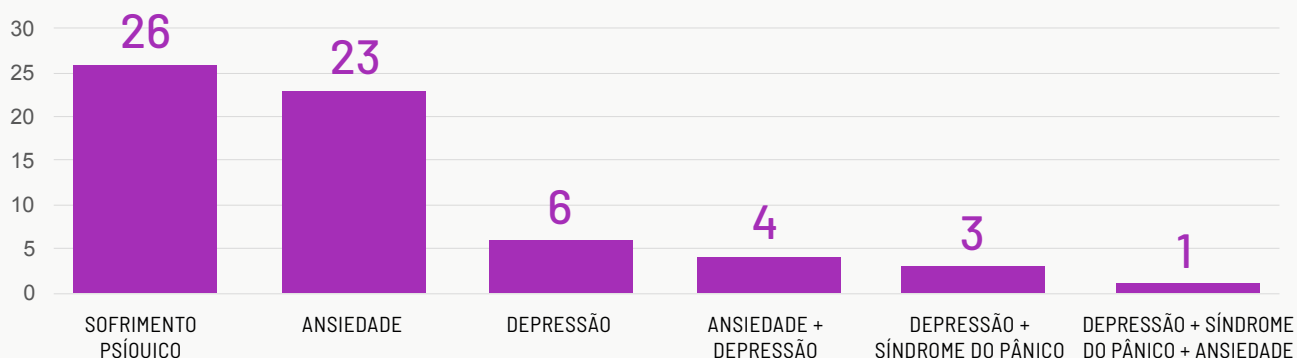
Relato: “A gente tinha várias oficinas, grupos terapêuticos no CAPS e passeios culturais (...) isso é um instrumento potente de cuidado no serviço, só que a gente não tinha dimensão da importância que isso tinha para os usuários. A medida que isso passa a não poder acontecer, a gente começou a ver muitos usuários ficando mal porque não tinha esses espaços coletivos nos CAPS e vários começaram a vir pro atendimento individual com profissional e a gente começou a perceber que isso não estava dando conta não. Muitos pacientes ficando muito mal e a gente acabava medicalizando mais. A escuta era importante, mas para os casos graves isso acabava não bastando. Alguns usuários que conseguem manter o isolamento social questionavam sobre os companheiros que não conseguem chegar aos CAPS e que estão em situação de rua. Aí a gente estruturou junto com eles a possibilidade de saírem com a gente na rua, obviamente com Equipamentos de Proteção Individual, para dar assistência a essas pessoas que não estavam conseguindo chegar aos CAPS. Esses usuários começaram a sair com a gente, em laços de solidariedade mesmo, pra poder falar sobre o cuidado de higiene, levar uma água, uma quentinha pra quem estava na rua, usuários do CAPS que não estavam conseguindo chegar. A gente percebeu que vários usuários que participaram dessas ações começaram a ficar melhor. Isso foi uma coisa que mudou no CAPS, e mesmo depois que tenha uma vacina a gente pretende que isso seja mantido. É o que a gente tem dado o nome de educação popular em saúde.”

Mesmo que a experiência dos CAPS mostre a importância desses equipamentos no cuidado em saúde mental, o Coletivo de Servidores Públicos da Saúde Mental do Rio de Janeiro publicou uma carta aberta<sup>4</sup> à gestão e à sociedade alegando que os servidores públicos lotados nos CAPS foram informados, em junho deste ano, em plena pandemia, que só poderão permanecer nas unidades se aceitarem a cessão funcional para a empresa pública Rio Saúde, caso contrário, serão retirados dos serviços em que atuam. A carta afirma que, até o momento, não há qualquer documentação indicando os parâmetros formais que justificam tal movimentação. O coletivo ressalta que estão na linha de frente no cuidado dos usuários na pandemia e foram surpreendidos por essa ação sem maiores explicações. *“Muitos de nós construímos estes serviços há anos! Alguns dos serviços que estão na iminência de perderem servidores começaram a prática antimanicomial no município muito antes da inauguração dos primeiros CAPS e as ações destes profissionais foram fundamentais para a sustentabilidade de um modo de cuidar em liberdade, base primordial da Reforma Psiquiátrica”*, diz um trecho da carta.

No período da pandemia, a Redes da Maré vem realizando atendimentos sociais online, tanto através da equipe sociojurídica como da frente mobilizada para assuntos relacionados à pandemia. Nos últimos quatro meses, foram realizados 63 atendimentos em que apareceram demandas de saúde mental, com relatos de sintomas de depressão, ansiedade, síndrome do pânico e sofrimento psíquico.

**O COLETIVO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA SAÚDE MENTAL DO RIO DE JANEIRO PUBLICOU UMA CARTA ABERTA À GESTÃO E À SOCIEDADE ALEGANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NOS CAPS FORAM INFORMADOS, EM JUNHO DESTES ANO, EM PLENA PANDEMIA, QUE SÓ PODERÃO PERMANECER NAS UNIDADES SE ACEITAREM A CESSÃO FUNCIONAL PARA A EMPRESA PÚBLICA RIO SAÚDE**

## DEMANDAS DE SAÚDE MENTAL RELATADAS PARA A EQUIPE SOCIAL DA REDES DA MARÉ



A partir dos atendimentos sociais da Redes da Maré é possível notar os efeitos da falta de investimento do poder público nos equipamentos de saúde básica e de saúde mental. A maior parte das unidades de saúde da Maré não conta com profissionais da psicologia e, quando há, estes dividem a carga horária entre mais de uma unidade, o que resulta em pouco tempo para atender a população de forma qualificada e dar apoio continuado. Concomitantemente, os

CAPS que atendem os moradores do conjunto de favelas da Maré estão sobrecarregados por conta da demanda atual e enfrentam dificuldades para manter as equipes de monitoramento no território acompanhando pessoas em estado grave ou com dificuldade de acesso às unidades. Nesse cenário, os pacientes ficam desassistidos, sem acesso aos cuidados necessários, agravando as consequências da pandemia em suas vidas.





# OS EFEITOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA MARÉ

Apesar de crianças e adolescentes não serem o foco de maior preocupação no contexto da Covid-19, pois costumam ter manifestações clínicas mais brandas, os impactos em potencial da pandemia na saúde mental desse grupo populacional são consideráveis.

Os equipamentos que atendem crianças e adolescentes já sinalizam um aumento dos casos de ansiedade, insônia e impulsos autodestrutivos, sobretudo nos adolescentes. O CAPSi Visconde de Sabugosa respondeu à Redes da Maré que crescem, também, os casos de violência autoprovocada, passando por automutilação, iniciada ou agudizada pelo contexto de distanciamento social, e até mesmo tentativas de suicídio. Os gatilhos emocionais têm sido as dificuldades nas relações intrafamiliares, o desemprego de seus responsáveis, a ausência da rotina escolar, o medo da imprevisibilidade que a pandemia provoca, dentre outros. *“Recebemos muitos casos novos com esse perfil, de modo a nos convocar cada vez mais a estabelecer parcerias e articulações com a rede intersectorial, haja vista que apesar da singularidade de cada caso, se faz necessário um diagnóstico social desta situação que inclua a conjuntura. Cerca de 40% da população atendida pelo CAPSi Visconde de Sabugosa é da Maré e de Manguinhos e o quantitativo mais expressivo de casos novos com quadro de violência autoprovocada é oriundo destes territórios”,* comenta a representante.

Especialistas afirmam que as consequências do isolamento social, da ameaça contra a vida e das perdas econômicas podem trazer prejuízos de longo prazo para crianças e adolescentes. Segundo matéria do Jornal da USP<sup>5</sup>, os transtornos psicológicos que aparecem na infância e adolescência afetam indivíduos normalmente saudáveis, em plena fase produtiva e de desenvolvimento, com prejuízos cumulativos até a idade adulta. Dessa forma, o surgimento de transtornos mentais, que ocorrem com mais

frequência em crianças em maior vulnerabilidade social, propaga e perpetua as desigualdades sociais já existentes. Ao antecipar as consequências da pandemia sobre a saúde mental de crianças e entendendo como os transtornos mentais se instalam, podemos preveni-los.

Para esta edição, o **“De Olho no Corona!”** também entrevistou uma psicóloga do Instituto Vida Real, uma organização da sociedade civil atuante na Maré que desenvolve ações com crianças, adolescentes e suas famílias. A representante do Vida Real reforçou que neste cenário em que as crianças e adolescentes da Maré estão sem escola e sem ocupação regular, há um aumento dos casos de ansiedade. Uma das preocupações apontadas na entrevista diz respeito ao acompanhamento psicológico online, em razão do formato do atendimento e das dificuldades decorrentes da condição socioeconômica, como, por exemplo, o acesso precário à internet e a inexistência de um ambiente com privacidade no domicílio.

A profissional citou dois casos para ilustrar. O primeiro, de um adolescente de 16 anos com um quadro de ansiedade que se agravou durante a pandemia. Devido à casa ser muito pequena, as sessões acontecem dentro de um guarda-roupa, pois apenas dessa maneira o adolescente tem privacidade para seguir com o acompanhamento online. O outro caso, de uma criança de 10 anos com ansiedade e sintomas depressivos que já estava fazendo acompanhamento terapêutico antes da pandemia. No início do isolamento social, continuou online, mas o celular apresentou defeito e não foi possível seguir com o tratamento.

A psicóloga do Vida Real segue relatando suas experiências e destaca o caso de uma adolescente de 14 anos, acompanhada pela instituição, que apresenta um quadro de ansiedade, insônia e ideação suicida. Com o isolamento, passou a conviver diretamente com alguns familiares, o que agravou seu caso: *“com depressão, agravada durante o isolamento, por conta da mudança de rotina e ociosidade, chegou a fazer carta de despedida recentemente”*.

O coletivo Favela Terapia, na conversa com a equipe do **“De Olho no Corona!”**, destacou que, além das crianças e adolescentes estarem sem praticar atividades rotineiras, também ficaram sem encontrar seus professores e amigos e, na maior parte do tempo, sem contato com pessoas fora de suas casas. Somado a isso, a ausência ou precariedade do acesso à internet aprofunda o isolamento. Como resultado, sofrem um estado de ansiedade à espera de que todo esse contexto passe o quanto antes. A representante do coletivo Favela Terapia ilustra com um dos casos que acompanha: *“pessoas da mesma família passaram a se ver mais e o convívio se estreitou, o que para algumas famílias tornou tudo mais difícil. Assim como relatado pela mídia sobre o aumento da violência doméstica, nós do Favela estamos pensando em como o isolamento afetou pessoas LGBT no convívio com famílias conservadoras, evidenciando, por exemplo, a falta de privacidade e retaliações que afetam diretamente suas emoções”*.

A Redes da Maré e os boletins **“De Olho no Corona!”** buscam subsidiar o poder público e a sociedade com informações e reflexões sobre o impacto da pandemia na Maré. A presente edição chama atenção para as consequências da falta de investimento na atenção básica e nos serviços de saúde mental, ainda mais necessários no atual período, pois são essenciais para as pessoas mais vulneráveis aos efeitos da pandemia. Nesse sentido, a Redes da Maré, junto com outras organizações da sociedade civil, seguem no esforço de promover o acesso a serviços e práticas de cuidado em saúde mental. Todavia, as decisões do poder público apresentadas neste boletim mostram que os governantes estão na contramão da ampliação do cuidado, uma vez que os investimentos no setor estão sendo reduzidos, o que compromete a oferta de profissionais e de serviços. Não bastasse a precarização da estrutura de atendimento existente, os recursos vêm sendo direcionados para políticas ultrapassadas, que já se mostraram ineficientes e reprodutoras de violências institucionais. A Redes da Maré vê com muita preocupação o impacto da pandemia na vida de crianças e adolescentes que, além das dificuldades de adaptação ao estudo remoto, não têm a possibilidade de apoio psicossocial. Vale lembrar que a sonegação do acompanhamento em saúde mental a uma criança ou adolescente que esteja precisando pode acarretar consequências graves na condição psíquica por toda a sua vida.

---

1 <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

2 A desinstitucionalização é o ato de retirar alguém de forma permanente de uma instituição de assistência ou de cuidados de saúde. Caracteriza-se por implicar novos contextos de vida para as pessoas com transtorno mental, bem como para seus familiares.

3 <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/12/movimento-denuncia-desmonte-do-sus-e-retrocessos-na-luta-antimanicomial-no-brasil>

4 <https://frenteestamira.org/2020/07/30/carta-aberta-do-coletivo-de-servidores-publicos-da-saude-mental-do-rio-de-janeiro-a-gestao-e-a-sociedade/>

5 <https://jornal.usp.br/artigos/o-custo-da-pandemia-sobre-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes/>



Esta edição do Boletim faz parte do projeto “CRIAndo Rede: proteção à vida de crianças e adolescentes na Maré”, uma parceria entre Redes da Maré, Luta pela Paz, Observatório de Favelas e UNICEF. O projeto busca atuar na ampliação do acesso a direitos de crianças e adolescentes no conjunto de favelas da Maré, sobretudo no período da pandemia.

APOIO A ESTA EDIÇÃO:



REALIZAÇÃO:



PARCEIROS:







**Campanha  
Maré diz NÃO  
ao Coronavírus**

**REDESDAMARE.ORG.BR  
FAÇA PARTE!**

E14-08-20

